

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.308 - PR (2018/0282615-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : INES DE SOUZA CARDOSO
AGRAVANTE : IARA DE SOUZA CARDOSO
AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS SOUZA CARDOZO
AGRAVANTE : GILBERTO DE SOUZA CARDOSO
AGRAVANTE : EDIVALDO CARDOSO
ADVOGADOS : SIMONE MOLLETTA - PR043047
LEANDRA NEGRELLI - PR043048
AGRAVADO : UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE
MÉDICOS
ADVOGADOS : EDUARDO BATISTEL RAMOS - PR031205
LIZETE RODRIGUES FEITOSA E OUTRO(S) - PR021762

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE ATENDIMENTO POR PLANO DE SAÚDE. CABIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR DA REPARAÇÃO FIXADO EM PATAMAR IRRISÓRIO. AFASTAMENTO DA SÚMULA 7/STJ. ELEVÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por INES DE SOUZA CARDOSO e outros, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurgem contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 656):

OBRIGAÇÃO DE FAZER - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC(SÚMULA 469, DO STJ - PLANO DE SAÚDE - LIMITAÇÃO DE DIÁRIAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR - CONTRATO ANTERIOR À LEI N. 9.656/98 - ADEQUAÇÃO DO PLANO À NOVA LEGISLAÇÃO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE A APELANTE TENHA OPORTUNIZADO AO CONSUMIDOR A ADEQUAÇÃO DO SEU PLANO À NOVA LEGISLAÇÃO, MEDIANTE PROPOSTA ELABORADA, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 254/11, DA ANS E DO ARTIGO 36, DA LEI 9.656/9 - CONTRATO DE ADESÃO - INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR - ABUSIVIDADE DAS CLÁUSULAS QUE

IMPLIQUEM EM LIMITAÇÃO DE DIREITOS - COBERTURA DEVIDA - SÚMULA 302 - STJ - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO - RECURSO DE APELAÇÃO "1" CONHECIDO A QUE SE NEGA PROVIMENTO - RECURSO DE APELAÇÃO "2" AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

No recurso especial, os recorrentes apontaram, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 186 e 944 do Código Civil.

Esclareceram que se opuseram ao acórdão que fixou a condenação ao pagamento de indenização por danos morais em valor ínfimo. Aduziram que a reparação a ser paga à genitora do *de cujus* (R\$ 5.000,00 – cinco mil reais) e para seus 4 (quatro) descendentes, R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada um, configuraria montante irrisório ante a gravidade do fato, falecimento de seu cônjuge em razão da limitação de dias de internamento hospitalar.

Frisaram que tais quantias não respeitam os padrões de razoabilidade e proporcionalidade e estão aquém das estabelecidas em situações similares, razões que justificariam a elevação do montante indenizatório por esta Corte Superior (e-STJ, fls. 680-695).

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 705-706).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fls. 655-677 e 726).

Brevemente relatado, decido.

O acórdão concluiu que houve os danos morais, para os quais contribuiu a negativa de internação do falecido pelo plano de saúde. Também firmou o julgado que o *de cujus* teria aguardado por tempo demasiado para a implementação das medidas para seu atendimento pelo SUS.

O *decisum* estabeleceu que, "ante a negativa de atendimento hospitalar, o segurado necessitou aguardar a internação, por tempo demasiado. Além disso, o fato da apelada ser pessoa jurídica de grande porte deve ser considerado, assim como os transtornos causados ao autor, que suportou sofrimentos físicos e psicológicos desnecessários" (e-STJ, fl. 675). Nota-se, ainda, que os familiares do segurado foram submetidos "a constrangimento e abalo psicológico desnecessário, que lhes causaram

profunda angústia" (e-STJ, fl. 673).

Outrossim, é certo que a esta Corte Superior é vedada a apreciação de matéria fático-probatória e, inclusive, a modificação de indenizações por danos morais quando o montante se mostrar dentro dos padrões de razoabilidade e proporcionalidade. Isso por aplicação da Súmula 7/STJ.

Tal incidência não ocorre quando o *quantum* reparatório for ínfimo ou exorbitante. No caso, verifica-se a delimitação de um quadro de profunda angústia e sofrimento impostos à família do segurado pelo plano de saúde, com sua indevida negativa de internação. Isso diante do grande poderio econômico do plano de saúde, como constou no acórdão.

Nesse contexto, é de rigor o afastamento da aplicação da Súmula 7/STJ, pois os valores especificados no acórdão não atendem aos padrões de razoabilidade e proporcionalidade para a situação retratada nos autos.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. MORTE DA VÍTIMA. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS. FIXAÇÃO DO VALOR DOS DANOS MORAIS.

1.- Na linha dos precedentes desta Corte, os valores fixados a título de danos morais pelas instâncias de origem, porque arbitrados com fundamento nas peculiaridades fáticas de cada caso concreto, só podem ser alterados, em sede de recurso especial, quando realmente exorbitantes ou quando, ao contrário, sejam tão irrisórios que configurem um atentado à dignidade da vítima.

2.- A indenização fixada na origem é ínfima e destoa dos valores aceitos por esta Corte para casos semelhantes, isto é, de dano moral decorrente de morte de familiar em acidente em via férrea, devendo, portanto, ser majorada.

3.- Superado o juízo a respeito da razoabilidade da indenização, cumpre buscar critérios para a fixação do novo valor indenizatório.

4.- O E. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, no julgamento do REsp nº 959780/ES (TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 06/05/2011) realizou estudo minudente dos precedentes desta Corte a respeito do tema. Naquela oportunidade demonstrou que as condenações impostas nesta instância Superior para a hipótese de dano-morte, com ressalva de casos excepcionais, tem variado entre 300 e 500 salários mínimos.

5.- Recurso Especial provido, em parte, para elevar a indenização antes fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos três autores, para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em favor de cada um dos autores (companheiro e filhos da vítima).

(REsp 1445254/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 01/08/2014)

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AGRESSÃO FÍSICA AO

CONDUTOR DO VEÍCULO QUE COLIDIU COM O DOS RÉUS. REPARAÇÃO DOS DANOS MORAIS. ELEVAÇÃO. ATO DOLOSO. CARÁTER PUNITIVO-PEDAGÓGICO E COMPENSATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Na fixação do valor da reparação do dano moral por ato doloso, atentando-se para o princípio da razoabilidade e para os critérios da proporcionalidade, deve-se levar em consideração o bem jurídico lesado e as condições econômico-financeiras do ofensor e do ofendido, sem se perder de vista o grau de reprovabilidade da conduta do causador do dano no meio social e a gravidade do ato ilícito.

2. Sendo a conduta dolosa do agente dirigida ao fim ilícito de causar dano à vítima, mediante emprego de reprovável violência física, o arbitramento da reparação por dano moral deve alicerçar-se também no caráter punitivo e pedagógico da compensação, sem perder de vista a vedação do enriquecimento sem causa da vítima.

3. Na hipótese dos autos, os réus espancaram o autor da ação indenizatória, motorista do carro que colidira com a traseira do veículo que ocupavam. Essa reprovável atitude não se justifica pela simples culpa do causador do acidente de trânsito. Esse tipo de acidente é comum na vida diária, estando todos suscetíveis ao evento, o que demonstra, ainda mais, a reprovabilidade da atitude extrema, agressiva e perigosa dos réus de, por meio de força física desproporcional e excessiva, buscarem vingar a involuntária ofensa patrimonial sofrida.

4. Nesse contexto, o montante de R\$ 13.000,00, fixado pela colenda Corte a quo, para os dois réus, mostra-se irrisório e incompatível com a gravidade dos fatos narrados e apurados pelas instâncias ordinárias, o que autoriza a intervenção deste Tribunal Superior para a revisão do valor arbitrado a título de danos morais.

5. Considerando o comportamento altamente reprovável dos ofensores, deve o valor de reparação do dano moral ser majorado para R\$ 50.000, 00, para cada um dos réus, com a devida incidência de correção monetária e juros moratórios.

6. Recurso especial provido.

(REsp 839.923/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 21/05/2012)

Logo, estabeleço a indenização por danos morais em: R\$ 30,000,00 (trinta mil reais) para a viúva do falecido (Inês de Souza Cardoso); e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos filhos. Ficam os juros de mora fixados a contar partir do evento danoso.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial nos termos da conclusão exposta no parágrafo anterior.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, ficam os honorários em favor do advogado dos recorrentes estabelecidos em 10% sobre o valor total da condenação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

